



Apresentação do dossiê “Processos educacionais”

Presentation of the dossier “Educational Processes”

Gabriela Kunz Silveira (FGG / Univille)

Camila Hofmann (Prefeitura Municipal de São Leopoldo)

Gelson Fiorentin (Unisinos)

Michele Scheffel Schneider (Unisinos)

Paulo Dias (Instituto Nacional do Seguro Social)

Rosana Cecchini de Castro (Unisinos)

Partindo da perspectiva freireana, de que a educação é uma forma de intervenção no mundo, entendemos que os processos educacionais que promovem autonomia, se constroem em espaços que potencializam os coletivos e a crítica da realidade estabelecida, para uma “presença no mundo”, ética e humana (FREIRE, 2015, p.100). Etimologicamente o termo educar (do Latim: educare) é composto pela união do prefixo ex, que significa “fora”, e ducere, que quer dizer “conduzir” ou “levar”. O uso do termo, direcionar para fora, era utilizado no sentido de instruir as pessoas para o mundo, para a vida em sociedade, ou seja, conduzi-las “para fora” de si mesmas, permitindo o acesso a uma instrução agregadora e transformadora capaz de mostrar as diferenças que existem no mundo.

Refletindo sobre a articulação do campo da educação com a psicanálise é interessante pensar o quanto Freud (1925) compreendia que a educação estava dentre as profissões impossíveis de serem efetivadas, juntamente com curar e governar. Anos mais tarde, ao escrever "O mal-estar na civilização" (1930 [1929]), pode-se pensar, a partir dos seus escritos, que apesar da educação contribuir para o desenvolvimento do processo civilizatório, têm aspectos que escapam e seguem destrutivos, disruptivos, produzindo sofrimento e clamando por uma saída. Será isso ruim? Como aponta Freud, neste mesmo texto: "Às vezes somos levados a pensar que não se trata apenas da pressão da civilização, mas de algo da natureza da própria função que nos nega satisfação completa e nos incita a outros caminhos" (p.111). Caminhos que, assim como podem embotar e comprometer o desenvolvimento, podem ampliar a curiosidade, a capacidade reflexiva e questionadora.

Em suma, o limite da educação, revelado pela psicanálise, reside no fato de que o inconsciente não se submete. Quando o ato de educar é colocado dentre as três profissões impossíveis (aquelas cujo insucesso está previsto desde o começo), não se está afirmando uma impraticabilidade, mas reconhecendo-se que há um mal-estar que ronda permanentemente as ações em Educação. (MONTEIRO, DIAS, 2021, p.376).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, assegura a Educação como um Direito Humano. O Artigo 26, inciso segundo refere que:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 6º menciona que a educação é um direito fundamental de natureza social e o artigo 205 traz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Podemos verificar que a Educação não é apenas um direito da pessoa, mas, um elemento constitutivo. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), sob o n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo primeiro diz que: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”, tendo como objetivo “o desenvolvimento pleno do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Firmes na perspectiva do valor maior da Educação para formação da sociedade e de cidadãos participantes, ativos em seus contextos vida, este coletivo convidou para apresentação de artigos científicos a respeito de experiências, pesquisas, estudos e resenhas de livros e filmes que envolvessem a temática dos processos educacionais.

Este Dossiê de Processos Educacionais reúne trabalhos desenvolvidos diretamente em contextos formais de educação, e além destes, os que acontecem em espaços de educação não formal. Como indicado por Gohn (2014) a educação não formal se faz nos mais diversos espaços. Ela pode ser configurada em diferentes institucionalidades, incluindo movimentos sociais e outras entidades, desde que promovam “ações coletivas produtoras de conhecimento”, “agenciadoras de saberes”, que promovam a “formação de

indivíduos” para “interagir com o outro em sociedade” (GOHN, 2014, p.35,38,40).

Assim, neste campo de inúmeras possibilidades criadoras, considerando a necessidade do olhar crítico e a importância do trabalho interdisciplinar, este coletivo entende que atingiu o que se propunha, ao convidar pesquisadoras/es, profissionais e estudantes, a produzirem artigos que pudessem contribuir com reflexões acerca dos processos educacionais, neste momento cultural e educacional em que nos encontramos.

Começamos apresentando o artigo "Mães-estudantes: a luta pelo direito à educação" (SILVA e AGAPITO, 2021) que apresenta o contexto histórico do lugar social atribuído às mulheres, considerando elementos fundamentais nessa análise: os recortes de classe e raça, com ênfase para as contribuições do movimento feminista e o peso do patriarcado, do racismo e do sistema capitalista perpetuados na atualidade. Este trabalho destaca a maternidade como um ato político e afetivo, contudo ainda limitador na vida social e bem estar das mulheres, pela ausência ou insuficiência de políticas públicas que acolham as mães e as crianças – e incluam os pais e a parentalidade compartilhada nessa equação. Ainda, traz a discussão da população LGBTQIA+ para o cenário da gestação e cuidado, uma pauta essencial para seguir avançando na consolidação de direitos. As autoras tecem reflexões muito bem articuladas e embasadas teoricamente, demonstrando o quão excludente e opressor é o ambiente acadêmico, provocando questionamentos cruciais e evidenciando estratégias para superar a dívida ancestral da sociedade com as mulheres-mães.

Na sequência, o artigo "A formação do vínculo como estratégia de ensino-aprendizagem: relato de experiência de estágio em licenciatura em Psicologia" (VALE et al, 2021) apresenta um relato de experiência que descreve a prática de estágio obrigatório em Licenciatura de alunos do Curso de Psicologia (estagiárias-docentes), com adolescentes que realizam um curso técnico de administração (alunos). Na experiência relatada as autoras apresentaram a metodologia ativa, cuja característica é trabalhar através da identificação de

fatos e elaboração de questões, com o propósito de desenvolver o pensamento crítico e inovador, bem como o protagonismo dos envolvidos no desenvolvimento do conhecimento. O artigo abordou com qualidade como esta prática estimula o engajamento e considera a importância do vínculo afetivo para a criação de um ambiente propício na construção dos conhecimentos.

Ainda, foi desenvolvido na escrita que quando o professor (estagiário-docente) se coloca como um articulador das experiências dos alunos com o mundo, quando ele consegue observar a turma e oferecer atividades pensadas e planejadas a partir das suas necessidades e, quando valoriza o diálogo, está desenvolvendo e promovendo a motivação dos aprendizes, o que contribuiu enormemente para a formação do vínculo entre eles. A produção finaliza apontando a importância de uma prática docente mais humanizadora, que aproxima os alunos da realidade que encontrarão no mercado de trabalho, aspectos pertinentes a serem pensados nos dias de hoje.

Quando falamos em espaços protetivos legítimos de defesa e desenvolvimento plural do sujeito em constituição, prontamente, quase que em uníssono, apontamos a escola como sendo um destes lugares de pertencimento e desenvolvimento de vínculos afetivos. No entanto, o mesmo espaço de defesa e afeto pode ser também um ambiente de cerceamento se não for proporcionado sentido no saber fazer profissional, principalmente para alunos(as) cujo padrão estabelecido como normalidade escapam do ideal. O artigo "Autismo, educação e seus enlances com a psicanálise: manejos com um aluno na educação infantil" (RAMOS, FURLAN, SILVEIRA, 2021) informa que o diagnóstico de crianças do espectro autista no campo da psicanálise não é um destino e a inclusão no âmbito escolar não deve ser solicitada somente a partir deste. Há de se frisar, porém, que sua identificação proporciona um movimento de alinhamento nas práticas educacionais, principalmente a partir da garantia legal de acompanhamento especializado (profissional de apoio escolar), num desafio permanente de busca de ações objetivas e subjetivas nos cotidianos escolares.

Ainda a respeito desta temática, o artigo intitulado “Processo de inclusão educacional de crianças com transtorno do espectro autista: desafios da articulação intersetorial” apresenta revisão integrativa da literatura dos últimos 10 anos. Em um texto claro e conciso, os resultados encontrados pelas autoras Souza, Sommerfeld-Ostetto, Pietra (2021) esclarecem o que é e qual a importância da intersetorialidade para formação da rede de apoio, assistência e atendimento às crianças com transtorno do espectro autista. Esse estudo aponta para reflexões pertinentes aos nossos tempos atuais, com relação a responsabilidade de toda sociedade para com essas crianças, a necessidade de acesso às informações sobre autismo, direitos das crianças, bem como aponta os desafios que precisam ser enfrentados nesse campo.

A pesquisa de campo “A atuação do Conselho Tutelar no sistema escolar municipal em Joinville/SC” (ALVES e VOOS, 2021), surge a partir da percepção do quanto a criança demonstra alterações no seu comportamento, em sala de aula, quando está sofrendo violação de direitos. O trabalho nos convida a conhecer a atuação do Conselho Tutelar junto às Escolas Municipais de Joinville. São identificados aspectos da relação família-escola-sociedade, com destaque para o quanto a escola precisa estar atenta e não ser omissa diante da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Evidencia também, a necessidade de implementação de maior parceria de parte dos conselhos, para que possa haver prevenção e proteção dos direitos. Um tema atual, de extrema relevância e que diz respeito a toda a sociedade.

O debate a respeito das legislações brasileiras é fundamental para a garantia de direitos, tanto das crianças como da população como um todo. O artigo “Gênero e educação: uma breve análise das políticas educacionais e os marcos legais”, de autoria de Nolli (2021) permite ao leitor acompanhar, a partir da revisão de literatura produzida, o desenvolvimento da presença/ausência do tema gênero nas políticas educacionais brasileiras. Na escrita, a autora articula a legislação brasileira maior às leis e normativas internacionais e ainda às específicas da educação brasileira, facilitando a compreensão das, dos, des leitores a respeito do panorama atual deste campo.

O texto indica problemáticas antigas e atuais no que diz respeito à inserção das questões de gênero nas políticas educacionais e nos deixa clara a necessidade de participação social para implementação completa dos direitos humanos.

Após todos estes trabalhos apresentados, que formam uma linha conectiva entre as questões das mulheres, maternidade, cuidado, vínculo, inclusão das diferenças, defesa legal dos direitos de crianças, adolescentes e da população em suas necessidades mais fundamentais, escolhemos, para finalizar o Dossiê Processos Educacionais, a resenha “Olhos e portões abertos para a educação: curta metragem “O Cadeado”” (ANACLETO e SILVEIRA, 2021), que apresenta o audiovisual produzido por estudantes de cinema da UFRB, valorizando a presença das produções estéticas como dispositivos para fazer pensar. A resenha denota a riqueza desta produção artística em sua perspectiva crítica à realidade das escolas, da inclusão, das localidades distantes dos grandes centros urbanos. Com esse texto fica um convite a todas, todos, todes leitores para o acesso às obras cinematográficas, em especial aquelas que ainda não circulam em grandes meios de exposição. Estas obras sinalizam a presença do pensamento crítico a respeito da realidade e ao mesmo tempo a importância do cuidado com a educação brasileira.

Desejamos uma boa leitura a todos, todas e todes! Que esse Dossiê possa promover bons encontros, uma “rede quente”, no sentido de “acolhida, cuidado e apoio” (FAGUNDES, 2006, p.197), para que possamos nos encontrar como pares e seguirmos dialogando. É o que estima a equipe deste Dossiê!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A; CORSO, A. M. A Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos e sociais. In: EDUCERE – Congresso Nacional de Educação 12., 2015, Curitiba. **Anais do 12º EDUCERE**. Curitiba, 2015. p. 1283-1299.

ARANTES, E. Educação física. In: Ministério da Educação. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série**. Brasília. 2002. p. 194-239.

BRAGA, F. M; FERNANDES, J. R. Educação de Jovens e Adultos: contribuições de artigos em periódicos brasileiros indexados na base Scielo (2010-2014). **Cadernos CEDES** [online]. v.35, n.96, p.173-196, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723757>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 24 de maio de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 53465**, de 21 de janeiro de 1964. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº59**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823952/emenda-constitucional-59-09>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Ministério de Educação Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost. Acesso em: 03 de abr. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 5692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei n. 10328**, de 12 de dezembro de 2001. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10328.htm#:~:text=LEI%20No%2010.328%2C%20DE,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 24 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei n. 10793**, de 1º de dezembro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.793.htm. Acesso em 24 de maio de 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

CARVALHO, R. M. A; CAMARGO, M. C. S. Formação de Professores em Educação Física e a Educação de Jovens e Adultos. **Movimento**. Porto Alegre, v. 25, e25029, 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/85233/52824>. Acesso em 17 de mar. de 2020.

COSTA FILHO, J. L. et al. A Importância da Educação Física no Ensino Fundamental 1. **Revista Gestão Universitária**, s/n, 2017. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-importancia-da-educacao-fisica-no-ensino-fundamental-1>. Acesso em 20 de dez. de 2020.

CUNHA, L. A. **Programa Nacional de Alfabetização (PNA)**, 2019. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-nacional-de-alfabetizacao-pna>. Acesso em: 2 de jun. de 2020.

FIGUEIREDO, J. P.; DIAS, V. K.; SILVA, R. L.; SCHWARTZ, G. M. **Atividades de aventura: vivências para diferentes faixas etárias**. São Paulo: Supimpa, 2018.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDRICH, M; et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 67, p. 389-410, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362010000200011>. Acesso em 15 de jun. de 2020.

GÜNTHER, M. C. C. O direito à Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 400-412, jun. 2014.

KRUG, R. R.; IVO, A.A.; KRUG, H.N. As lembranças significativas do tempo da Educação Física Escolar na educação básica pelos licenciandos do CEFD/UFSM: colaborando com o “aprender a ser professor”. **Boletim Brasileiro de Educação Física**, Brasília, n.73, p.1-9, fev./mar., 2009.

MIRANDA, L. C. P; SOUZA, L. T; PEREIRA, R. D. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade**. In: Seminário de Iniciação Científica, 5., 2016. Monte Claros, 2016.

PIMENTA, R. P. T. **Ensino de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: saberes docentes de uma professora de educação física construídos dentro de uma experiência profissional na Educação de Jovens e Adultos**. 2011. 42 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOARES, C. L. et. al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, set./dez.1999, p. 59-67.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares de Educação Física: Educação de Jovens e Adultos**. Recife, PE, 2013.

Disponível em:

http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PCPE_VD_EDUCA CAO_FISICA_EJA.pdf. Acesso em 03 de jun. de 2020.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, P; SILVA, G. Os Sujeitos da EJA nas Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. **Educação e Realidade**, v. 45, n. 2, Porto Alegre, 2020.

Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362020000200604. Acesso em 20 de dez. de 2020.

Gabriela Kunz Silveira

Professora na Faculdade Guilherme Guimbala (FGG/ACE). Professora adjunta na Universidade da Região de Joinville – SC. Mestre em Psicologia Social Institucional (UFRGS) e especialista pela mesma universidade. Integra o Núcleo de pesquisa em educação, política e subjetividades (NEPS/ UNIVILLE). Psicóloga (UNISINOS), psicanalista.

Camila Hofmann

Nutricionista graduada pela UNISINOS (2006). Especialista em Saúde da Família e da Comunidade pela UNISINOS (2010). Consultora em Amamentação pelo Instituto Mame Bem (2019). Mãe do Leonardo, nascido em 17/03/2017. Atualmente é consultora em amamentação no âmbito privado e servidora pública estatutária da Prefeitura Municipal de São Leopoldo/RS, exercendo a função de nutricionista na Secretaria de Assistência Social. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Aleitamento Materno, Políticas Públicas, Controle Social e Segurança Alimentar e Nutricional.

Gelson Luiz Fiorentin

Graduação em Ciências Licenciatura de 1º grau pela UNISINOS (1984), graduação em Ciências Hab Em Biologia Lic Plena pela UNISINOS (1985) e

mestrado em Biociências (Zoologia) pela PUCRS (1989). Professor adjunto da UNISINOS. Coordenador do Programa de Ação Socioeducativa na Comunidade da UNISINOS.

Michele Scheffel Schneider

Mestre em Psicologia Clínica pela UNISINOS, Especialista em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes pela UNISINOS e Bacharel em Psicologia pela UNISINOS. Psicanalista pelo CEPdePOA. Integra o Corpo Docente do Curso de Psicologia da UNISINOS. Integra o Projeto de Atenção Ampliada à Saúde - PAAS. Atende em consultório particular, em Novo Hamburgo.

Paulo Ricardo Oliveira Dias

Graduação em Serviço Social e Especialização pela UNISINOS (2008). Atualmente desenvolve atividades como assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social e credenciado - Caixa Econômica Federal. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Atividades Socioeducativas, Reabilitação Profissional, Educação Ambiental e Inclusão Digital. Rosana Cecchini de Castro - Psicóloga. Psicanalista. Doutora em Psicologia da Saúde e da Família, Deusto, Espanha. Professora e Coordenadora dos Cursos de Psicologia UNISINOS São Leopoldo e Porto Alegre. Supervisora de Estágios e Coordenadora do Programa de Atenção Ampliada à Saúde – PAAS, Serviço Escola Interdisciplinar da Escola da Saúde UNISINOS.

Rosana Cecchini de Castro

Psicóloga. Psicanalista. Doutora em Psicologia da Saúde e da Família, Deusto, Espanha. Professora e Coordenadora dos Cursos de Psicologia UNISINOS São Leopoldo e Porto Alegre. Supervisora de Estágios e Coordenadora do Programa de Atenção Ampliada à Saúde – PAAS, Serviço Escola Interdisciplinar da Escola da Saúde UNISINOS.